

Eleição é assunto frequente nos encontros agropecuários

Das Sucursais e Reportagem Local*

Nos últimos três meses, as rodas de conversas nas feiras agropecuárias que se espalham por todo o país ganharam um assunto novo e até mesmo surpreendente: como participar das eleições para a Constituinte. E em pouco tempo já surgiram candidatos, programas, reuniões e até mesmo dois grandes leilões de animais — em Goiânia (GO), e em Presidente Prudente (SP) — destinados a arrecadar fundos para custear a organização de um grupo político — a União Democrática Ruralista (UDR) — disposto a interferir e participar nos rumos da nova Constituição.

O movimento de agricultores e pecuaristas em direção a uma participação eficiente na Constituinte pretende ser o primeiro passo para a retomada de um espaço político que começou a ser perdido com a aceleração do processo de industrialização do Brasil, no começo da década de 50. Até um pouco depois da 2ª Grande Guerra, o poder político ainda permanecia concentrado, fundamentalmente, nas mãos de grandes produtores rurais, que elegiam deputados, nomeavam prefeitos e controlavam ministérios. A situação, começou a se modificar com a modernização da indústria brasileira e com a crescente importância dos centros urbanos, que atraíram multidões de agricultores, forçando um êxodo que transformou o país de essencialmente agrícola (70% da população ocupada na lavoura em 1950) em país industrial (apenas 35% da população continua atualmente no campo).

"A agricultura demorou a perceber que já não era a classe majoritária no país", afirma Flávio Teles de Menezes, 40, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB). "Apesar de não ser mais a grande classe hegemônica do Brasil, a agricultura continua sendo um segmento extremamente importante", diz Menezes, "pois existem atualmente cerca de 4 milhões de proprietários rurais, entre pequenos, médios e grandes".

União Democrática Ruralista

Plínio Junqueira, 43, fazendeiro de Presidente Prudente, tem uma análise semelhante à de Menezes. Segundo ele, os canais disponíveis, hoje, aos agricultores, são insuficientes para garantir a sua participação política, uma vez que os sindicatos rurais — pela sua própria característica — são incapazes de se tornarem pólos de debates políticos. "As organizações de representação dos agricultores, principalmente os sindicatos, não puderam cumprir um papel de aglutinar os membros da categoria, pois, atrelados ao Estado, funcionando com uma carta-patente concedida pelo Estado, não têm liberdade para fazer críticas ao poder constituído".

Segundo Junqueira, houve uma pulverização muito grande de entidades representativas de agricultores nas últimas décadas e, com isso, uma perda quase total da capacidade de influenciar o governo. "Recentemente, quando foi anunciado o novo Programa Nacional de Reforma Agrária, diante das ameaças de desapropriações sem critérios, alguns proprietários rurais perceberam que estavam sendo ameaçados e foi aí que se iniciou, em Goiás, um movimento de autodefesa", diz Junqueira.

Esse movimento de "autodefesa", iniciado em Goiás, acabou se consolidando na União Democrática Ruralista (UDR), uma associação de empresários rurais, que passou a coordenar, em nível estadual, toda a discussão sobre a reforma agrária e as atitudes políticas a serem tomadas. Ronaldo Ramos Caiado, 36, coordenador da UDR em Goiás e um dos seus fundadores, afirma que a mobilização em seu Estado foi muito grande, com adesões de fazendeiros de todas as regiões. "Em pouco tempo já havíamos organizado um movimento sólido e bem constituído, que foi capaz de interferir positivamente no Plano Nacional de Reforma Agrária", diz Caiado.

Segundo ele, depois de algumas reuniões, a UDR já possuía pelo menos 1.500 associados e começava a se articular para se constituir num partido político da agricultura. Mais tarde, após algumas ponderações, decidiram que talvez a constituição de um partido exclusivamente ligado ao campo não fosse a solução correta. Esta decisão não significou, no entanto, a paralisação das atividades da UDR. Em setembro, ao realizar um leilão com 1.461 bois em Goiânia, arrecadou perto de Cr\$ 2 bilhões, que, somados a outros Cr\$ 2,5 bilhões obtidos em leilão realizado em Presidente Prudente, em meados de dezembro, já constituem um razoável fundo de reservas para atuação política. "No início houve boatos de que esse dinheiro seria destinado à compra de armas para defender as propriedades contra invasões", diz Caiado. "Mas não é nada disso", acrescenta. Segundo Caiado, a oportunidade de participar da Constituinte foi o desaguadouro natural dos propósitos da UDR, que pretende apoiar candidatos a deputado constituinte que aceitem alguns pressupos-

tos básicos, como a defesa da posse e propriedade de terra.

Correntes de pensamento

Não há unanimidade entre as várias entidades de representação dos produtores rurais, que apesar de desejarem participar, de alguma forma, da Constituinte, imaginam fazê-lo de formas bem diferentes. Pode-se afirmar que há três correntes distintas: a primeira, conservadora, que congrega empresários paulistas, goianos e mineiros (além de proprietários da Amazônia) que preferiam ter um partido político próprio, que representasse a agricultura especificamente. Permanece como minoria dentro da UDR, e seus membros estudam um embrião de estatutopartidário, que permita participação nas eleições deste ano. Esses empresários acham necessária a criação desse partido para marcar posição, mesmo que um partido rural não tenha chances de chegar ao poder. O que importa, para eles, é que o partido tenha um grupo aguerido de parlamentares que defendam os direitos dos empresários rurais no parlamento e no governo. Seria uma maneira de contrabalançar o que consideram excesso de "esquerdismo" no país. Entretanto, o grupo vem encontrando dificuldades para se organizar e talvez apoiar candidaturas, como a do ex-deputado Sérgio Cardoso de Almeida, cuja plataforma política conservadora agrada a maioria dos participantes dessa tendência.

Uma segunda corrente, também conservadora, da qual faz parte a maioria dos associados da UDR (além de deputados como João Carlos de Carli, do PDS pernambucano, o próprio Sérgio Cardoso de Almeida e o ex-prefeito do Recife, Antônio Jarias, que deve se candidatar pelo PTB mas atualmente é do PDS), refere apoiar candidatos dos diversos partidos que aceitem seus pressupostos conservadores. Seus candidatos deverão sair, na maioria, do PDS e do PTB. Eventualmente poderão apoiar candidatos do PFL e mesmo do PMDB (caso do deputado paulista Roberto Cardoso Alves, que chegou a participar da reunião da UDR, em Presidente Prudente).

Mas a corrente dominante parece ser a liderada pela Sociedade Rural Brasileira e pelo Sindicato Nacional dos Pecuaristas de Gado de Corte, passando por federações de agricultores do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul. Na visão deste grupo, trata-se de apoiar candidatos à Constituinte — independente do partido a que pertençam — que defendam alguns postulados clássicos do liberalismo econômico.

O presidente do Sindicato Nacional dos Pecuaristas de Gado de Corte, Antônio Pereira de Oliveira, 56, afirma que o sindicato apoiará, oficialmente, os candidatos que defenderem "a agricultura e a criação de uma política agrícola coerente com a realidade do país". E apesar de afirmar que há uma identidade política com a Sociedade Rural Brasileira, Oliveira diz que o Congresso constituinte, como o que foi aprovado, não é o melhor caminho. "Saímos de um regime ditatorial e o Congresso que aí está é produto das normas vigentes. Logo, representam interesses de grupos econômicos, não representam, em sua totalidade, o pensamento da sociedade brasileira", afirma.

Voto ponderado

Além dessas três posições, mais ou menos definidas, existem, pelo país, algumas propostas de lideranças rurais bastante diferentes. O presidente da Associação das Empresas Agropecuárias do Nordeste (Agropene), Ismar Amorim, 45, afirma que espera que a Constituinte "possa extinguir o colonialismo interno. Sua proposta fundamental é a criação do voto ponderado, de forma que cada voto das regiões mais pobres, como o Nordeste, valha por dois.

Já o presidente da Federação da Agricultura de Pernambuco, Gileno de Carli, conservador, aposta na eleição de candidatos da mesma posição ideológica que a sua, como seu próprio filho, o deputado federal do PDS João Carlos de Carli, que se afirma "malufista e direitista".

Cooperativismo

No Paraná, onde o cooperativismo tem grande peso político, o presidente da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), Guntolf Van Kaick, 50, afirma que a Constituinte é uma das principais preocupações da entidade, neste ano. As principais reivindicações da Ocepar, em relação à plataforma política dos candidatos que as cooperativas deverão apoiar, são que a nova Constituição defenda a liberdade de atuação das cooperativas e defina o "ato cooperativo". Isto é, que aceitem o fato de que as ações que acontecem dentro do cooperativismo não sejam mais encaradas como atos mercantis, já que a cooperativa é uma associação de indivíduos em torno de capital.

Consideradas progressistas, as cooperativas do Paraná (a exemplo das cooperativas gaúchas) poderão apoiar candidatos do PMDB, PDT, PFL e mesmo do P*.

* Participaram: MARILIO CARVALHO, da Reportagem Local, LORENA PAIM, da Sucursal de Porto Alegre, EDUARDO SGANZERA, da Sucursal de Curitiba e MARCELO ABREU, da Sucursal de Recife.